

Intervenção do Presidente do Conselho Autárquico de Maputo, Eneas Comiche

Prof. Doutor Adelino Manuel Muchanga, Venerando Juiz-Presidente do Tribunal Supremo, Excelência;

Venerandos Juizes-Conselheiros, do Tribunal Supremo, Excelências;

Digníssimos Magistrados e Altos Dignitários do Estado Aqui Presentes;

Senhor Prof. Doutor Dário Moura Vicente;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Ao tomar a palavra perante Vossas Excelências, gostaria, antes de mais, de agradecer o amável convite que recebi do Doutor Adelino Manuel Muchanga, Venerando Juiz-Presidente do Tribunal Supremo, para ser parte desta sessão de abertura do II Colóquio Internacional Sobre Direito Processual.

Em nome dos munícipes, dos membros do Conselho Municipal e em meu nome, endereço calorosas boas-vindas aos participantes neste colóquio, em particular os conferencistas provenientes de fora do Município de Maputo e do estrangeiro, desejando a todos boa estadia nesta Bela Cidade das Acácias e Jacarandás.

Tenho a felicitar o Tribunal Supremo pela realização de mais um Colóquio, dando continuidade a um exercício intelectual fundamental de reflexão e troca de experiências em matéria de Direito Processual, com outras instituições congéneres e associadas à prossecução dos objectivos de edificação do Estado de Direito e reforço da democracia.

Acredito que este encontro, que decorre sob o lema “45 anos da Organização Judiciária de Moçambique: Consolidando o Estado de Direito Democrático”, se reveste de uma importância notável, como momento que, certamente, servirá para avaliar o percurso trilhado pela justiça moçambicana, desde a entrada em vigor da Lei da Organização Judiciária em Moçambique, até aos nossos dias.

A celebração, por esta via, da Lei da Organização Judiciária em Moçambique permite visualizar, analisando com clareza e rigor científico-metodológico, os progressos alcançados e os benefícios que trouxe à sociedade no seu todo, e os desafios que se apresentam no contexto actual e em perspectiva.

Como Presidente do Conselho Municipal de Maputo, agrada-me notar que no nosso território estão sendo criadas condições dignas para melhor funcionamento e maior aproximação da Justiça aos munícipes nos sete distritos que compõem este Município.

Com a instalação de tribunais e procuradorias locais, e a inauguração, em praticamente todos os distritos, incluindo o distrito insular KaNyaka, de novos edifícios para os tribunais judiciais, pode-se integrar da melhor maneira o conhecimento existente em matéria de profissionais e quadros formados e treinados desde a Independência Nacional, em 1975.

Apraz-me notar que, nos últimos anos, vêm sendo realizados com regularidade fóruns de carácter internacional de debate, com vista ao intercâmbio de posições e boas práticas no domínio da legalidade e administração da justiça.

O simples facto de estes encontros se realizarem em Maputo e a par com a rápida difusão de informações através de novas tecnologias de informação e comunicação, contribui para elevar o grau de informação e conhecimento geral sobre temas de Justiça e as questões candentes nesta área.

MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES,

No nosso entendimento, a todos os níveis, os tribunais assumem um papel extraordinariamente importante nem todas as sociedades, garantindo a justiça e a paz social. Neste sentido, o sistema da justiça, enquanto factor de desenvolvimento económico e de promoção da cidadania, coesão e paz social, merece toda a nossa atenção, dado o lugar de relevo que ocupa no Estado de direito democrático que a Constituição da República de Moçambique consagra.

Por essas razões, faz todo o sentido promover eventos de reflexão sobre uma justiça qualitativamente compatível com os paradigmas do Estado de direito democrático, designadamente a proximidade ao cidadão, transparência e integridade. Nesse contexto, creio que a qualidade da justiça há-de necessariamente ser avaliada em todas as suas dimensões, colocando os cidadãos no centro das atenções e buscando garantir o acesso universal à justiça.

Temos ainda o desafio da celeridade e da segurança das decisões judiciais, além de que precisamos de tirar o melhor proveito das novas tecnologias de informação e comunicação para a modernização do nosso sistema judicial. Isso implica, designadamente desmaterializar e simplificar os processos e procedimentos administrativos, o que, por sua vez, contribui para a celeridade processual e descongestionando dos tribunais.

VENERANDO JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPREMO

Com estas palavras, termino a minha intervenção desejando aos conferencistas em todos os papéis de oradores, moderadores e outros uma óptima, produtiva e agradável jornada de trabalho

E reitero os meus agradecimentos pelo convite e os votos de boa estadia em Maputo a todos os ilustres visitantes.

Unidos e Coesos, Vamos Fazer de Maputo Uma Cidade mais Bela, Limpa, Empreendedora e Próspera!

Muito obrigado pela atenção

Maputo, 29 de Novembro de 2023